Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP 6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 dezembro de 2020 a Vila Velha possuía 21,5% do capital total da Unipar (19,99% em 31 de dezembro de 2019) e 61,5% de suas ações ordinárias (57,62% em 31 de dezembro de 2019).

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C.("Indupa Argentina") e detém ações que representam 98,44% do capital votante desta Companhia. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda ("Informação não auditada pelos auditores independentes"). A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda, ("Informação não auditada pelos auditores independentes").

Aquisição Tucano III

Conforme mencionado na nota explicativa nº4, em 3 de setembro de 2020 a Companhia concluiu a formação da Joint Venture com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") através da aquisição de 50% das ações da Tucano III como controle compartilhado com a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"). O Acordo de Investimento tem o objetivo a geração total de 155 MW de energia eólica, equivalentes a 78 MW médios de energia assegurada. A fazenda eólica está em construção e faz parte do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia.

COVID - 19

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus ("COVID-19"), coordenado por um Comitê de Crise, reforçou os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde ("OMS"), cancelando eventos internos e viagens adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas.

No segundo semestre a Administração da Companhia identificou uma normalização da demanda da resina de PVC. Os produtos cloro e soda da Companhia fazem parte da cadeia de abastecimento de itens de primeira necessidade para a população, relacionados ao segmento alimentício, produtos de limpeza, higiene pessoal e hospitalar e para estes mercados foram mantidos suas previsões de produção e vendas. Em todas as análises, sendo de forma consolidada ou por planta, a administração ressalta que não há risco na continuidade de seus negócios.

Em relação as volatilidades do mercado financeiro, incluindo os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano, a Companhia conta com robusta posição de caixa e perfil de

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

dívida alongado e controlado. Adicionalmente, a despeito dos efeitos cambiais apurados no "Resultado Financeiro" nas referidas demonstrações financeiras, conforme análise de exposição, esse efeito não afeta o caixa da Companhia visto que está atrelado substancialmente as operações de empréstimos e financiamento em moeda estrangeira de longo prazo a serem realizadas em períodos futuros, assim como o fluxo de caixa projetado de receitas, dos quais contribuem para compensar o fluxo de pagamento dos respectivos passivos. Os *covenants* financeiros são monitorados frequentemente, independente da crise gerada pelo COVID-19 e todas as cláusulas estão sendo cumpridas.

Diante do atual cenário, a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta.

Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e controladas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia e das controladas são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa final para os exercícios apresentados;
- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	31 de dezembro	31 de dezembro
Taxa final	de 2020	de 2019
Peso argentino	0,06	0,07

2.4. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram considerados os resultados da controlada direta Indupa Argentina e indireta Indupa Brasil.

 Nas demonstrações financeiras anuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou o CPC 42 (IAS 29) – "Contabilidade em economia hiperinflacionária" como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária, seguindo a metodologia aplicada para estas demonstrações financeiras.

O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de 36,14%.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2021.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.2.1. Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados da seguinte forma:

a) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e Títulos e Valores mobiliários" (nota explicativa nº 28).

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A Companhia não designou instrumentos da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Note-se que a Companhia também não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("Impairment").

Uma provisão para "Impairment" é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "*Impairment*" incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por "Impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para "Impairment", também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por "*Impairment*", a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretem falência ou recuperação judicial. Para esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.2.3. Baixa de ativo financeiro

Um ativo financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".

3.2.4. Passivos Financeiros

Os instrumentos da dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.2.5. Passivo financeiro subsequentemente mensurado ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.2.5.1. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica "Variações cambiais" no resultado financeiro (nota explicativa nº 28) para

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

Valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

3.2.5.2. Baixa de passivo financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

A companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia e suas controladas permutam com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia e suas controladas contabilizam a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença entre: (1) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (2) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação é reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação em "Outros ganhos e perdas".

3.3. Estoques

São registrados ao custo de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.5. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

3.6. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As taxas de depreciação e amortização estão descritas na nota explicativa 14.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

As Taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 13.

3.8. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada. Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para reestruturação são reconhecidas quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação e cria naqueles afetados pelo plano uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, que são aqueles valores necessariamente resultantes da reestruturação e não associados às atividades em andamento da entidade.

3.10. Benefícios aos empregados

3.10.1. Benefícios de curto prazo a empregados

3.10.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Companhia.

3.10.2. Benefícios pós emprego

3.10.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

3.10.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui planos com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. A Companhia tem obrigações legais para suportar em caso de déficit destes planos. As obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes" e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.10.3. Benefícios de longo prazo

3.10.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia possui plano de gratificação por tempo de casa com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes" e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

3.10.4. Benefícios rescisórios

3.10.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia possui plano com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados ao longo do tempo, além das reavaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes" e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado.

3.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

3.11.1. Impostos Correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.11.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em joint ventures, exceto quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando sua reversão for provável em um futuro previsível.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia entende que cumpriu as obrigações com seus clientes, sendo provável que os benefícios econômicos serão recebidos e os riscos e os benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

3.13. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida.

O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

3.14. DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior. Na demonstração de fluxo de caixa apresentamos como componente das atividades de financiamento.

3.16. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado pelo método de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado.

O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ágio, que deve ser incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido.

As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo.

Aquisição de investimento controlado em conjunto

Conforme mencionado acima, a aquisição de investimento em controlada em conjunto foi contabilizada pelo método de aquisição. A contraprestação transferida foi mensurada ao valor justo na data de aquisição do controle compartilhado. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis foram reconhecidos pelo valor justo.

3.17. Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga do acordo de pagamento baseado em ações concedido ao empregado é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que o empregado adquire incondicionalmente o direito ao benefício conforme detalhada na nota explicativa n°23.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

3.18. Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos

A Companhia, com base no CPC 3, optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração de fluxo de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros e não relacionados como forma de retorno para sua operação.

3.19. Informação por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são semelhantes.

3.20. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses *benchmarks*. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. As alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021 e pagamentos de arrendamento maiores após 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

Estas alterações não impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia.

Impacto da adoção inicial das outras normas IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, A Companhia adotou as alterações a seguir às Normas e Interpretações IFRS emitidas pelo IASB em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve nenhum impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez no exercício corrente. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada.

Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem *outputs* ("produtos"), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai em ou após 1º de janeiro de 2020.

Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de 'ocultação' de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de 'possível influência' para 'possível influência razoável'.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1.

Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo 'material' para garantir consistência.

3.20.1. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17 - Contratos de Seguro

A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios.

O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

3.21. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos anualmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando da apuração dos resultados reais estão apresentadas a seguir:

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobrilos, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/ desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

b) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

c) Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *Impairment* são os ativos imobilizado e intangível.

d) Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

4. Aquisição de participação em investimento controlado em conjunto

Em 3 de setembro de 2020 foi celebrado acordo de investimento entre a Companhia e a AES Tietê Energia S.A. ("Grupo AES Tietê") para a produção e posteriormente o consumo de energia limpa. Como resultado deste acordo, a Companhia adquiriu a participação de 50% das ações da Tucano

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Holding III S.A. ("Tucano III" ou "Joint Venture") pelo montante de R\$ 40.119, dos quais R\$ 30.547 foram pagos em dinheiro na data da assinatura do contrato e o saldo remanescente de R\$ 9.572 será pago nos próximos doze meses, sendo registrado na rubrica de "outros" no passivo circulante.

O objetivo desta parceria é construção de uma fazenda eólica com a capacidade de geração 155 MWs de energia eólica, tendo a expectativa de início das operações para o exercício de 2023, sendo que a geração inicial assegurada pelo plano de negócio é de 78MW. Também é objeto deste projeto fornecer para a Companhia parte da geração desta energia, pois é um dos principais insumos no processo produtivo da Companhia, como resultado deste acordo de investimento, será garantido a Companhia a partir do início das operações de sua coligada o montante de 60 MW ou aproximadamente 80% da geração inicial garantido por este projeto, onde foram celebrados contratos de fornecimentos de energia entre o Grupo AES e a Companhia pelo prazo de vinte anos, prazo este que será o da concessão obtida pela coligada com o Governo. Os preços negociados entre a Companhia, Tucano III e AES apresentam uma variação de aproximadamente 4%.

Caso haja rescisão contratual do contrato de fornecimento de energia entre a AES e a Companhia antes dos vinte anos de vigência, a parte que der causa à rescisão deverá pagar multa rescisória de 30% do total da energia contratada do período remanescente na data da rescisão. Além de multa, a parte que rescindir o contrato deverá também pagar indenização calculada a partir das quantidades e valores remanescentes.

Reconhecimento e mensuração da parcela de participação adquirida

Os valores justos preliminares dos ativos líquidos da coligada, que embasam o reconhecimento do investimento na rubrica "investimentos" na Controladora e no Consolidado, foram estimados com base em laudo preliminar de avaliação preparado por especialistas, e são conforme segue:

Caixa e equivalentes de caixa	39
Adiantamentos (1)	45.780
Imobilizado	6.088
Intangível (2)	29.230
Fornecedores	(899)
Ativos líquidos adquiridos	80.238
Participação adquirida (50%)	40.119

- (1) Refere-se a adiantamentos a fornecedores para a construção de turbinas eólicas.
- (2) Refere-se a ágio integralizado pelo Grupo AES Tietê previamente à transação com a Companhia. Este ágio teve origem na aquisição dos projetos eólicos de terceiros no final de 2019 e início de 2020. A mensuração dos valores pagos pelos projetos adquiridos pela AES teve como base a estimativa do fluxo de caixa descontado destes projetos e calculados pelo período de 24 anos, prazo da concessão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	1.533	1.155	10.852	2.044
Aplicações financeiras de curto prazo	370.201	285.839	914.000	299.481
	371.734	286.994	924.852	301.525

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento. O aumento no caixa da Companhia e de suas controladas está relacionada principalmente ao melhor desempenho operacional no ano de 2020.

6. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Cotas de Fundos de Investimentos Certificado de Depósitos Bancários -	52.646	77.949	188.908	127.301
CDBs / Letras Financeiras – LF	<u>-</u>	51.632		85.857
Circulante	52.646	129.581	188.908	213.158

Os Certificados de Depósito Bancário – CDBs / Letras financeiras - LF possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI com baixo risco de crédito.

Os fundos de investimentos no consolidado representam 22% da carteira de aplicações financeiras, sendo 2% investido em fundo multimercado e 20% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

Os fundos de investimentos na controladora representam 13% da carteira de aplicações financeiras, sendo 5% investido em fundo multimercado e 8% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Nacionais	106.278	108.293	572.724	415.848
Exterior	-	928	21.759	30.494
Partes relacionadas (Nota 11) Provisão para créditos de	34.684	32.432	-	-
liquidação duvidosa	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
	133.776	130.696	534.092	381.822
Circulante	105.132	130.696	534.092	381.822
Não circulante	28.644	<u>-</u>	<u> </u>	-

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Títulos a vencer	97.460	95.663	517.176	358.242
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	1.270	2.158	10.516	16.724
De 91 a 180 dias	1.392	10	2.509	2.288
A partir de 180 dias	6.156	11.390	64.282	69.088
	106.278	109.221	594.483	446.342
Partes Relacionadas	34.684	32.432	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)
Total da carteira de clientes	133.776	130.696	534.092	381.822

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(10.957)	(13.084)	(64.520)	(182.228)
Adições	(1.705)	(136)	(4.443)	(3.168)
Reversões	21	2.263	542	2.271
Baixa	5.455	-	5.455	102.705
Ajustes de conversão	-	-	2.575	15.900
Saldo Final	(7.186)	(10.957)	(60.391)	(64.520)

Historicamente o percentual de perda de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou clientes que eventualmente decretem falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece perdas de crédito esperadas de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de PCLD é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial.

No último trimestre do exercício de 2019 foi declarada a falência de um dos clientes da controlada Indupa Brasil, que estava em recuperação judicial ocasionando uma baixa relevante no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

8. Impostos a recuperar

2019
22.818
19.145
99
1.208
1.639
11.388
1.210
2.669
60.176
48.858
11.318

IRRF/ IRPJ/CSLL: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação/ saldo negativo de imposto de renda e contribuição social, realizáveis com imposto de renda e contribuição a pagar sobre os lucros ou compensáveis com outros tributos federais no caso dos saldos negativos.

ICMS: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

INSS a compensar: Refere-se a pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, porém devido ao indeferimento da consolidação do parcelamento, solicitamos a restituição dos valores pagos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

PIS e COFINS: Referem-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado e insumos, os quais estão reconhecidos no ativo circulante.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

9. Estoques

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas	13.138	11.354	47.262	38.947
Produtos em processo	3.935	3.116	19.318	24.698
Produtos acabados	7.638	13.039	62.022	94.063
Provisão para desvalorização	-	-	-	(3.471)
Materiais auxiliares e embalagens	5.279	2.959	30.921	24.317
Materiais de manutenção e reparos	31.497	27.870	99.429	83.960
	61.487	58.338	258.952	262.514
Circulante	39.446	37.935	189.238	209.591
Não circulante	22.041	20.403	69.714	52.923

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

10. Depósitos judiciais

	C	ontroladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Tributários	52.161	46.210	52.161	46.210
Cíveis	-	-	40	41
Trabalhistas	1.160	1.054	1.160	1.054
	53.321	47.264	53.361	47.305
Não circulante	53.321	47.264	53.361	47.305

Controladora	2018	Baixas	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2019
Tributários	40.277	(1.099)	6.521	511	46.210
Trabalhistas	1.054	-	-	-	1.054
	41.331	(1.099)	6.521	511	47.264

Controladora	2019	Atualização monetária	2020
Tributários	46.210	5.950	52.160
Trabalhistas	1.054	107	1.161
	47.264	6.057	53.321
		Transferências depósitos sob	

Consolidado	2018	Baixas	demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2019
Tributários	40.341	(1.099)	6.457	511	46.210
Trabalhistas	1.054	-	-	-	1.054
Cíveis	41	-	-	-	41
	41.436	(1.099)	6.457	511	47.305

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

				Atualização	
Consolidado	2019	Adições	Baixas	monetária	2020
Tributários	46.210	-	-	5.950	52.160
Trabalhistas	1.054	-	-	107	1.161
Cíveis	41	46	(47)	-	40
	47.305	46	(47)	6.057	53.361

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 28.117 (R\$ 26.045 em 31 de dezembro de 2019) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 14.444 (R\$ 13.330 em 31 de dezembro de 2019) de cinco causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão, avaliadas pelos consultores jurídicos como possível.

c) Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") R\$ 9.095 (R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre o Lucro Distribuído e Contribuição social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

11. Partes Relacionadas

						2019					2019
						Saldos					Transações
		Ativo Circulante	Ativo N Circular		Passivo Cir	rculante					
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Créditos co Empres ligad	as	edores P	Outros Passivos	Vendas	Compra	s com	Gastos partilhados	Receita Financeira (Juros / Variação Cambial)
Na Controladora Controlada direta - Indupa Argentina Controlada indireta - Indupa Brasil No Consolidado	13.967 18.465	:	161.2	26	(209) (29)	(2.247)	- 20.575	(8.89	1)	6.536 8.165	53.467 -
Controlada em conjunto - Solalban	-	2.423		- (1	17.142)	-	12.252	(109.64	5)	-	-
							2020				2020
							Saldos				Transações
		Ativo Circulante	Ativo	Não Circulante	F	Passivo C	irculante				
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornece	doros	Outros Passivos	Vendas	Compras	Gas compartilhad	` 3
Na Controladora	Chemes	Circulatiles	CHEIRES	ligauas	Fornece	uules	rassivus_	Venuas	Compras	Compartimac	ios Callibiai)
Controladora Controlada direta - Indupa Argentina Controlada indireta - Indupa Brasil No Consolidado	6.040	-	28.644	213.500		- (181)	(3.774)	- 18.359	(5.514) -	14.6 23.4	
Controlada em conjunto - Solalban	-	3.049	-	-	(18	8.643)	-	12.177	(78.697)		-

A controlada em conjunto Tucano III, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não realizou nenhum tipo de operação com a Companhia.

A venda de produtos a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pelo grupo Unipar. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes. Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para devedores duvidosos foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

A Companhia incorre em determinadas despesas coorporativas, principalmente com remuneração de alguns colaboradores, que são rateadas entre a Controladora Unipar Carbocloro S.A. e suas controladas direta e indireta.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Créditos com empresas ligadas referem-se a conversão do aporte de capital em mútuo originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019, amortizado parcialmente e demais pagamentos vinculados a dívida com a Solvay Vinyls reconhecida no balanço patrimonial na rubrica débito com terceiros conforme nota explicativa 20.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

	2020	2019
Salários e benefícios de curto prazo	29.578	23.117
Remuneração baseada no plano de outorga de ações		
restritas	24.770	-
Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de		
outorga de ações restritas	16.233	
	70.581	23.117

O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa nº 23.

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. ("Essentia Partners"). Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia, faz parte do quadro societário da Essentia Partners, e os valores das transações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 4.807 (R\$ 6.811 em 31 de dezembro de 2019).

Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com empresa Locuncatun Serviços Financeiros Ltda pertencente a um acionista e membro do conselho de administração. O valor do aluquel reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 381 e o saldo a pagar em R\$ 11. O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2019 com vencimentos até 2024.

12. Investimentos

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Investimento em controladas e coligada	525.565	320.222	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	52.355	-	66.961	13.325
Mais valia de ativos (1)	160.236	187.813	-	-
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	199.661	131.706	-	-
	937.817	639.741	66.961	13.325

(1) O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas de terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2020:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro (Prejuízo) <u>líquido</u>	Capital social	Patrimônio Líquido
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	98,44	196.984	85.135	736.719
Indupa Brasil	Indireta	98,44	148.092	302.753	463.342
Em controladas em conjunto					
Solalban	Indireta	57,10	(3.583)	35.808	25.184
Tucano Holdings III	Direta	50,00	(824)	105.535	104.711

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2019:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro (Prejuízo) líquido	Capital social	Patrimônio Líquido
Em controladas					
Indupa Argentina	Direta	98,44	(33.135)	85.135	459.091
Indupa Brasil	Indireta	98,44	40.682	293.091	343.252
Em controladas em conjunto					
Solalban	Indireta	57,10	(11.219)	35.808	22.974

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

				Equivalênc	ia patrimonial				
		Ajustes de		No	No patrimônio		Conversão de AFAC		
Controladora	2018	conversão	Adição	resultado	Líquido	Amortização	em Mútuo	Recebimento	2019
Investimento em controladas e coligada	412.499	-	16.363	(38.357)	57.805	-	(128.088)	-	320.222
Mais valia de ativos e passivos e ativos									
indenizáveis	215.757	(14.419)	32.431	-	-	(39.781)	-	(6.175)	187.813
Efeito da aplicação do IAS 29									
(hiperinflação)	77.403	39.145	9.420	5.738					131.706
Total	705.659	24.726	58.214	(32.619)	57.805	(39.781)	(128.088) (1)	(6.175)	2) 639.741

- (1) Refere-se a conversão de AFAC em mútuo, conforme evidenciado na nota 11.
- (2) Valor referente à aquisição de participação de minoritários realizada através de oferta pública de ações ("OPA").

				Equival	ência patrimonial		
Controladora	2019	Ajustes de conversão	Adição	No resultado	No patrimônio Líquido	Amortização	2020
Investimento em controladas e coligada	320.222	-	- 110.300	216.528	(11.185)	-	525.565
Investimento em controlada em conjunto	-	-	52.619	(264)	-	-	52.355
Mais valia de ativos e passivos e ativos indenizáveis	187.813	5.485	-	-	-	(33.062)	160.236
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	131.706	90.572	-	(22.617)	-	-	199.661
Total	639.741	96.057	52.619 (3) 193.647	(11.185)	(33.062)	937.817

(3) Refere-se a aquisição da Tucano III, sendo o investimento inicial de R\$ 40.119 e aportes no montante de R\$ 12.500, conforme divulgado na nota explicativa 4.

			patrimonial			
Consolidado	2018	Ajustes de conversão	No resultado	Efeito de Aplicação da IAS 29	2019	
Investimentos em controladas em conjunto	12.679	(4.397)	1.325		9.607	
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	(85)		(7.832)	11.635	3.718	
Total	12.594	(4.397)	(6.507)	11.635	13.325	
				Equivalência patrimonial	_	
Consolidado	2019	Ajustes de conversão	Adição	No resultado	Efeito de Aplicação da IAS 29	2020
Investimentos em controladas em conjunto	9.607	(1.068)	52.619	496		61.654
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	3.718	-	-	(2.838)	4.427	5.307
Total	13.325	(1.068)	52.619	(2.342)	4.427	66.961

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

13. Imobilizado

Controladora	Taxa de de	preciação média		_		Líquido
	2020	2019	Custo	Depreciação acumulada	2020	2019
Terrenos	-	-	247.550		247.550	247.550
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	153.379	(69.136)	84.243	87.104
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.242.423	(757.348)	485.075	478.848
Veículos	20%	20%	362	(340)	22	68
Móveis e Utensílios	10%	10%	13.813	(11.629)	2.184	2.536
Demais bens	10%	10%	15.201	(10.449)	4.752	5.579
Imobilizado em andamento			43.886	•	43.886	43.980
			1.716.614	(848.902)	867.712	865.665

Consolidado	Taxa de de	preciação média				Líquido
	2020	2019	Custo	Depreciação acumulada	2020	2019
Terrenos		-	290.468		290.468	283.913
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	503.623	(247.805)	255.818	249.203
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.529.784	(2.318.234)	1.211.550	1.177.699
Veículos	20%	20%	3.477	(3.087)	390	515
Móveis e Utensílios	10%	10%	29.696	(24.416)	5.280	4.351
Demais bens	10%	10%	34.263	(23.907)	10.356	7.975
Imobilizado em andamento	-	-	175.822		175.822	167.061
			4.567.133	(2.617.449)	1.949.684	1.890.717

Os investimentos em andamento estão principalmente relacionados a melhoria das plantas e modernização dos sistemas de gestão integrada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Occation In Associa	0040	Adições líquidas de	Dairea	D	0040
Controladora	2018	transferências	Baixas	Depreciação	2019
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	90.435	836	-	(4.167)	87.104
Equipamentos e Instalações	493.741	29.337	(39)	(44.191)	478.848
Veículos	167	-	(30)	(69)	68
Móveis e Utensílios	2.989	129	(1)	(581)	2.536
Demais bens	3.845	2.541	(25)	(782)	5.579
Imobilizado em andamento	41.734	2.246	` -	· , ,	43.980
-	880.461	35.089	(95)	(49.790)	865.665

Controladora	2019	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	2020
		transferencias	Daixas	Depreciação	
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	87.104	1.335	-	(4.196)	84.243
Equipamentos e Instalações	478.848	53.417	(142)	(47.048)	485.075
Veículos	68	-	-	(46)	22
Móveis e Utensílios	2.536	197	-	(549)	2.184
Demais bens	5.579	91	(9)	(909)	4.752
Imobilizado em andamento	43.980	(94)	-	-	43.886
	865.665	54.946	(151)	(52.748)	867.712

Consolidado	2018	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2019
Terrenos	283.874	-	=	-	4.955	(4.916)	283.913
Edificações e Construções	249.003	15.712	-	(13.298)	5.362	(7.576)	249.203
Equipamentos e Instalações	1.202.926	108.142	(39)	(140.587)	37.019	(29.762)	1.177.699
Veículos	1.060	(301)	(30)	(209)	57	(62)	515
Móveis e Utensílios	4.542	692	(1)	(893)	322	(311)	4.351
Demais bens	4.323	4.688	(48)	(988)	-	-	7.975
Imobilizado em andamento	161.107	23.893	-	-	(3.430)	(14.509)	167.061
	1.906.835	152.826	(118)	(155.975)	44.285	(57.136)	1.890.717

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

		líquidas de			Efeito de Aplicação da	Ajustes de	
Consolidado	2019	transferências	Baixas	Depreciação	IAS 29	conversão	2020
Terrenos	283.913		-	-	8.642	(2.087)	290.468
Edificações e Construções	249.203	11.591	-	(13.934)	10.765	(1.807)	255.818
Equipamentos e Instalações	1.177.699	119.969	(355)	(134.816)	58.289	(9.236)	1.211.550
Veículos	515	62	-	(175)	23	(35)	390
Móveis e Utensílios	4.351	1.503	-	(1.107)	652	(119)	5.280
Demais bens	7.975	5.525	(17)	(3.695)	568	-	10.356
Imobilizado em andamento	167.061	14.377	-	-	109	(5.725)	175.822
	1.890.717	153.027	(372)	(153.727)	79.048	(19.009)	1.949.684
Demais bens	7.975 167.061	5.525 14.377	-	(3.695)	568 109	(5.725)	

O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e melhorias nas plantas produtivas da Companhia.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) — Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

14. Intangível

				Controladora		Consolidado	
	Taxa anual de amortização			Líguido	Líguido		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Ágio	-		273.025	273.025	275.709	275.944	
Direito de uso de Software	20%	20%	5.541	6.603	21.895	24.551	
			278.566	279.628	297.604	300.495	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

A Companhia de acordo com o requerido CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" efetuou teste de recuperabilidade, baseado no valor em uso do ativo, utilizando projeções de fluxo de caixa pelo período de 10 anos que estão suportados por previsões de resultados aprovadas pela diretoria da Companhia, tendo como principais premissas a utilização da capacidade de fábrica, a expectativa de mercado para indicadores econômicos como taxa de câmbio, Selic, IGPM e IPCA. Nas projeções de fluxo de caixas foram aplicadas o WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) de 10% como taxas de descontos. As premissas utilizadas são consistentes com fontes de informação externas. O valor em uso excede o valor contábil na unidade geradora de caixa.

15. Fornecedores

	C	Controladora	Consolidado		
_	2020	2019	2020	2019	
Fornecedores nacionais	17.017	29.750	167.166	150.724	
Fornecedores nacionais - imobilizado	10.412	1.649	25.115	7.044	
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	192	40	18.654	17.153	
Fornecedores nacionais - risco sacado (1)	1.970	-	6.411	-	
Fornecedores exterior	10.101	193	20.996	7.547	
Fornecedores exterior - partes relacionadas	-	209	-	-	
·	39.692	31.841	238.342	182.468	
Circulante	39.692	31.841	238.342	182.468	

(1) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. A operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia classifica na rubrica de Fornecedores.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos

			Controladora	Consolidado		
	Moeda	2020	2019	2020	2019	
Em moeda nacional	•					
Debêntures - Carbocloro (2020: CDI + 1,25% a.a. 2019:						
CDI + 1,77% a.a.) (1)	R\$	337.653	356.140	337.653	356.140	
Debêntures Investimentos - Carbocloro (CDI + 2,00%						
a.a.) (2)	R\$	-	50.010	-	50.010	
Capital de Giro - Carbocloro (2020 - CDI + 2,78% a.a						
2019 - CDI + 1,81% a.a.) (3)	R\$	316.382	196.579	316.382	196.579	
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2020 - 35,50%						
2019 - 56%a.a.) (4)	AR\$	-	-	1	6.147	
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,33% a.a.) (5)	R\$	1.698	3.962	1.698	3.962	
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (5)	R\$	2.139	4.856	2.139	4.856	
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.) (6)	R\$	-	-	4.810	14.433	
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,87% a.a.) (7)	R\$	-	-	21.662	16.832	
BNDES - Indupa BR (IPCA + 2,14% a.a.) (7)	R\$	-	-	29.195	24.570	
Em moeda estrangeira						
Capital de Giro (2020 - 6,25% a.a., 2019: 6,25% a.a.)						
(8)	US\$		-	-	4.019	
		657.872	611.547	713.540	677.548	
Circulante	•	325.894	151.547	340.730	177.566	
Não circulante		331.978	460.000	372.810	499.982	

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2018, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 210.170 teve 93% do seu montante alongado por meio da 5ª emissão de debentures em 10 de Junho de 2019, o valor principal não alongado, foi amortizado em 20 de março de 2020, o valor correspondente a 5ª emissão será amortizado em três parcelas anuais a partir de 12 de Junho de 2023.A 2ª série no valor de R\$ 139.830 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 20 de março de 2021 e 2022. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões.
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, amortizadas semestralmente, liquidada no final para maio de 2020, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas controladores.
- (3) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo,(i) R\$ 19.003 com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em cinco parcelas trimestrais a partir de dezembro de 2019, (ii) R\$ 24.756 com juros pagos semestralmente na carência, e valor principal a ser amortizado em quatro parcelas trimestrais a partir de março de 2020, (iii) empréstimo em dólares com swap para reais no montante de R\$ 109.172, valor atualizado na curva de R\$ 145.517 é contrabalanceado pelo ajuste positivo de swap no montante de R\$ 36.318 e despesas diferidas no montante de R\$ 2.261, de modo que o efeito líquido no passivo é de R\$ 106.938, com juros pagos trimestralmente, valor principal a ser amortizado em 9 parcelas trimestrais a partir de março 2021 e (iv) R\$ 81.428 com juros semestrais e valor principal em 18 de março de 2021 e (vii) R\$ 123.689 com principal e juros em 13 de abril 2021.
- (4) Empréstimos de curto prazo captados pela Indupa Argentina, em Pesos para capital de giro sem garantias.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

- (5) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (6) Captações destinadas à investimentos ambientais, projetos sociais, aquisições de máquinas e equipamentos nacionais para modernização da planta de Santo André. O empréstimo é garantido através de fiança bancária.
- (7) Captações destinadas à centralização e modernização da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André, a garantia dessa operação é o aval da Unipar. A primeira liberação foi realizada em novembro de 2018 e a segunda liberação em dezembro de 2019.
- (8) Empréstimos em curto prazo captados pela Indupa Argentina em dólares para capital de giro, em grande parte, com lastro de exportação. Pré financiamento de exportação.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2020	2020
2021	325.894	340.730
2022	117.809	127.381
2023	79.147	88.720
2024	67.511	77.084
2025	67.511	77.042
2026 em diante		2.583
	657.872	713.540

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Indicadores estes, que são mensurados anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

17. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE").

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, os respectivos processos continuam em discussão.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao ano de 2019 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE"). Não houve concessão de liminar e a sentença foi improcedente.

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente "para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração" da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização". Sendo certo que a Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantém provisão dos valores. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida.

18. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

Para as causas consideradas "prováveis" são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Fiscais	15.756	14.162	26.361	25.119
Trabalhistas e previdenciárias	19.775	19.866	39.912	44.089
Cíveis	10	1.003	5.077	5.265
Total	35.541	35.031	71.350	74.473
Depósitos judiciais fiscais	(11.159)	(11.046)	(17.543)	(17.645)
Depósitos judiciais trabalhistas	(5.990)	(5.020)	(13.077)	(15.436)
Depósitos judiciais cíveis	-	-	-	
Total	(17.149)	(16.066)	(30.620)	(33.081)
	18.392	18.965	40.730	41.392
Circulante	2.831	-	4.999	-
Não Circulante	15.561	18.965	35.731	41.392

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Movimentação das provisões para demandas judiciais está demonstrada a seguir:

Controladora	2018	Adições	Baixas Reversão	••	Atualiz cias mone		2019
Fiscais Trabalhistas e	24.651	900	-11.38	9	-	- 14	1.162
previdenciárias	17.266	6.039	-3.43	9	-	- 19	9.866
Cíveis	837	289	-12	3	-	- 1	.003
Depósitos Judiciais	-20.831	-5.725	4.23	8 6.	521	-269 -16	8.066
	21.923	1.503	-10.71	6.	521	-269 18	3.965
Controladora			Baixas	s/ Atualização			
	2019	Adições	Reversão		2020)	
Fiscais	14.162	2.090	-49		15.756	_	
Trabalhistas e				-			
previdenciárias	19.866	2.198	-2.28	9 -	19.77	5	
Cíveis	1.003	-	-99	-	10)	
Depósitos Judiciais	-16.066	-3.724	2.77		-17.149	9_	
	18.965	564	-1.00	1 -136	18.39	<u>2</u>	
			Baixas/		Atualização	Ajustes de	
Consolidado	2018	Adições	Reversão	Transferências	monetária	conversão	2019
Fiscais	28.955	8.476	(12.312)	-	-	-	25.119
Trabalhistas e							
previdenciárias	46.866	11.972	(13.424)	-	-	(1.325)	44.089
Cíveis	4.544	896	(175)	- 0.457	(000)	-	5.265
Depósitos Judiciais	(30.955)	(18.285)	9.971	6.457	(269)	(4.005)	(33.081)
	49.410	3.059	(15.940)	6.457	(269)	(1.325)	41.392
	2012	A 11 ~	Baixas/	Atualização	Ajustes de	2000	
Consolidado	2019	Adições	Reversão	<u>monetária</u>	conversão	2020	
Fiscais Trabalhistas e	25.119	2.458	(1.216)	-	-	26.361	
previdenciárias	44.089	5.080	(8.853)	-	(404)	39.912	
Cíveis	5.265	828	(1.016)	-	-	5.077	
Depósitos Judiciais	(33.081)	(3.938)	6.535	(136)	-	(30.620)	

As principais demandas judiciais e respectivos honorários, quando aplicáveis, estão descritas a seguir:

(404)

Na Controladora

a) Demandas fiscais

i. Processos fiscais - Prováveis

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 11.644 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 11.965 em 31 de dezembro de 2019), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

ii.Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 4.112 (R\$ 2.196 em 31 de dezembro de 2019).

iii.Demais processos fiscais – Possíveis

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 31.856 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 32.644 em 31 de dezembro de 2019). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i.Processos trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 18.856 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.848 em 31 de dezembro de 2019) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 39.329 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 21.844 em 31 de dezembro de 2019).

ii.Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 1.963 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2019). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui clausula de regresso de valores relacionados a estas causas baseadas no contrato de desinvestimento.

iii.Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 918 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2019).

c) Demandas Cíveis

i.Reintegração de Ex-funcionário em Plano de Saúde - Provável

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Refere-se a ação judicial pela qual ex-empregado requer a reativação de seu antigo seguro e a devolução da quantia paga à operadora atual. O montante desta ação representava R\$ 397, sendo assim o processo foi quitado em 17 de dezembro de 2020 (R\$ 935 em 31 de dezembro de 2019).

ii.Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 10 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2019).

d) Demandas judiciais ambientais

i.Demanda judiciais não mensuráveis

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – "STJ") o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada Indupa Brasil

As principais demandas judiciais e respectivos honorários estão descritas a seguir:

- a) Demandas fiscais
- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a reexpressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Companhia decidiu considerar o

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente. Em 31 de dezembro de 2020 o valor total da causa é de R\$ 39.671 (R\$ 39.422 em 31 de dezembro de 2019). A causa, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, foi segregada de acordo com as ações realizadas no pleito como provável, possível e remota. O montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável é de R\$ 2.086 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2019) e o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como possível é de R\$ 34.230 (R\$ 34.015 em 31 de dezembro de 2019).

ii. IPTU prefeitura de Santo André

Trata-se da cobrança de IPTU, do exercício de 1991, referente aos imóveis localizados na cidade de Santo André, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, km 38, s/nº. Após aproximadamente quinze anos de litígio, no primeiro trimestre de 2019, foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ desfavorável à Companhia. Por essa razão, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos reavaliou a probabilidade de perda da causa de possível para provável. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 6.152 (R\$ 6.273 em 31 de dezembro de 2019).

iii. Outros processos fiscais prováveis

Disputas no montante de R\$ 229 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 488 em 31 de dezembro de 2019), basicamente representada por processo relativo a imposto municipal, avaliadas como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionadas.

iv. Demais processos fiscais (possíveis):

Além do processo descrito no item "i", a Companhia possui disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 29.963 (R\$ 29.614 em 31 de dezembro 2019), Auto de Infração questionando a utilização do prejuízo fiscal de 2009 no montante de R\$ 39.580 (R\$ 39.580 em 31 de dezembro de 2019) e outros processos que montam R\$ 6.051 (R\$ 4.440 em 31 de dezembro de 2019).

Com isso o montante de R\$109.824 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 107.649 em 31 de dezembro de 2019) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

v. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2020 o montante dessas provisões é de R\$ 2.138 (R\$ 2.123 em 31 de dezembro de 2019).

- b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
- i. Processos Trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 13.655 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.189 em 31 de dezembro de 2019) e com a probabilidade perda possível o montante de R\$ 3.909 (R\$ 46.163 em 31 de dezembro de 2019).

- c) Demandas judiciais cíveis
- i. Demandas judiciais Cíveis prováveis

Basicamente referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 5.067 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.262 em 31 de dezembro de 2019) e com a probabilidade de perda possível o montante de R\$ 33.769 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 29.424 em 31 de dezembro de 2019).

d) Ativo contingente – IPC 89 (Correção de Balanço)

Após trânsito em julgado favorável, a Companhia protocolou na receita federal o valor de R\$ 45.250, referente ao processo do IPC 89 (Correção de balanço). O valor referente o IRPJ no valor de R\$ 34.819 já foi deferido e a Companhia registrou e compensou com os impostos a recolher. O montante referente CSLL no valor de R\$ 10.430 foi deferido em janeiro de 2021 e será compensado no decorrer do exercício a findar em 31 de dezembro de 2021.

Na controlada Indupa Argentina

- a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias
- i. Processos trabalhistas e previdenciários Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de exfuncionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 6.482 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 5.034 em 31 de dezembro de 2019).

19. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

		Consolidado
_	2020	2019
Passivo ambiental	19.073	20.108
Circulante	14.492	13.542
Não circulante	4.581	6.566

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Consolidado	2018	Adicões	Reversões	Utilização	Ajustes de conversão	2019
Passivo ambiental	21.868	6.334	(241)	(7.685)	(168)	20.108
				Ajustes de		
Consolidado	2019	Adições	Utilização	conversão	2020	
Passivo ambiental	20.108	12.360	(13.370)	(25)	19.073	

As áreas impactadas na adição da provisão ambiental passam por um acompanhamento pela área responsável da Companhia junto com os responsáveis da controladora anterior (Solvay). Adicionalmente, parte destes valores são reembolsáveis pela antiga controladora e estes recebíveis estão registrados na Unipar Carbocloro.

No montante provisionado existe uma área que está sendo avaliada junto a "CETESB" e poderá sofrer alterações em seus valores mediante estudos de reavaliação previsto para conclusão em 12 de julho de 2021.

20. Débito com terceiros

Corresponde às dívidas da Indupa Argentina e da Indupa Brasil com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. Os juros dessas dívidas vêm sendo pontualmente pagos e a amortização do principal está dividida em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026. Essas dívidas possuem cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e cláusulas não financeiras (covenants e negative covenants).

Em 06 de outubro de 2020, a Solvay Vinyls notificou por via postal, ter iniciado pleito de cobrança imediata dessas dívidas em uma corte estadual no estado de Nova Iorque, EUA, alegando quebra de cláusulas contratuais (*covenants*) acessórias e não financeiras por não recebimento de informações públicas. Em resposta, as tomadoras, assessoradas pelos seus advogados, apresentaram tempestivamente um recurso (denominado *motion to dismiss*) junto à corte para improcedência imediata e descontinuidade de eventual ação judicial que venha a ser formada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia entende que as tomadoras estavam adimplentes com o atendimento dos contratos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos impostos	464.489	270.704	601.157	256.610
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(157.926)	(92.039)	(204.393)	(87.247)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	65.840	(11.091)	(797)	(2.213)
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	4.376	(1.140)
Encargos indedutíveis em controlada na Argentina (1)	-	-	(19.099)	(41.225)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (2)	-	-	(11.437)	(18.292)
Outros	(5.285)	(626)	(9.590)	(3.644)
Total créditos de diferenças permanentes	60.555	(11.717)	(36.547)	(66.514)
Efeito no ano de créditos tributários não reconhecidos				
Crédito tributário IRPJ sobre correção de balanço do ano de 1989			9.450	
Créditos tributários não reconhecidos em anos anteriores				
Prejuízos fiscais	548	6.557	548	69.509
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(96.823)	(97.199)	(230.942)	(84.252)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	20,85%	35,91%	38,42%	32,83%
IRPJ e CSLL correntes	(85.103)	(99.888)	(201.786)	(129.289)
IRPJ e CSLL diferidos	(11.720)	2.689	(38.606)	45.037
IRPJ Crédito tributário IPC 89		<u>-</u>	9.450	
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(96.823)	(97.199)	(230.942)	(84.252)

- (1) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (2) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela correção monetária dos itens do Patrimônio Líquido da Indupa Argentina.
- b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Controladora		Consolidado
·	2020	2019	2020	2019
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	12.084	11.911	22.055	23.610
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	7.303
Ágio a amortizar	10.933	14.909	10.933	14.909
Valor justo de instrumentos financeiros	2.583	3.875	2.583	3.875
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (1)	27.120	34.858	178.787	203.990
Passivo ambiental	-	-	6.340	6.731
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19) (6)	1.488	1.620	18.469	16.503
Provisão de encargos de energia elétrica	29.759	29.437	47.057	46.617
Outros	6.434	1.637	19.384	11.110
Total do imposto diferido ativo	90.401	98.247	305.608	334.648
Imposto diferido passivo				
Efeito sobre combinação de negócios (2)	(264.528)	(277.955)	(264.528)	(277.955)
Efeito da depreciação (contábil / fiscal) (3)	(81.948)	(81.064)	(145.881)	(136.007)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (4)	-	-	(62.333)	(55.710)
Atualizações Monetárias	(2.927)	(2.927)	(2.927)	(2.927)
Encargos capitalizados	(3.202)	(3.274)	(5.980)	(5.132)
Efeito tributário sobre o ganho pelos métodos de aplicação				
de equivalência patrimonial	(6.074)	(6.074)	(6.074)	(6.074)
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa				
Argentina	23.003	24.868	23.003	24.868
Variação Cambial - Regime de Caixa (5)	(15.829)		(15.829)	
Total do imposto diferido passivo	(351.505)	(346.426)	(480.549)	(458.937)
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido	(261.104)	(248.179)	(174.941)	(124.289)
Passivo de imposto diferido líquido	(261.104)	(248.179)	(317.912)	(296.628)
Ativo (Passivo) de imposto diferido líquido		<u> </u>	142.971	172.339

- (1) Refere-se ao reconhecimento de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Companhia e de suas Controladas. No Consolidado, o relevante aumento no valor justifica-se pela utilização total do estoque de prejuízo fiscal e da base negativa da CSLL da Indupa Brasil, que passou a ser constituído como um ativo diferido a partir de 2018.
- (2) Na Combinação de negócios está contemplado o valor da Receita por Compra Vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, a Receita por Compra Vantajosa apresenta o montante de R\$ 597.767 e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 630.830. Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da Mais Valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 31 de dezembro de 2020 o montante desta Mais Valia é de R\$ 180.255 e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 186.685.
- (3) A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.
- (4) Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pela indedutibilidade dos encargos de atualização monetária do AFAC convertido em mútuo.
- (5) Alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, de competência para caixa no decorrer do ano de 2020, em virtude da elevada oscilação da taxa de câmbio ocorrida no mês de março. A mudança de regime se baseia na Instrução Normativa nº 1.700/2017 artigos 155 e 156.
- (6) Adicionalmente sobre a obrigação com benefícios a empregados registrado no Patrimônio Líquido, temos IR/CS diferido em 31 de dezembro de 2020 na controladora o valor de R\$ 150 (e em 31 de dezembro de 2019 R\$ 565) e no consolidado R\$ 1.224.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 525.257 (R\$ 525.257 em 31 de dezembro de 2019).

A controlada Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020.

22. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora			Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Plano de pensão	-		2.029	1.558
Plano de saúde	4.377	4.765	44.900	42.516
Benefícios rescisórios	-	-	8.214	5.129
Provisão para gratificação por tempo de serviço	-	-	1.175	1.047
Total	4.377	4.765	56.318	50.250

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2020, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.600 (R\$ 2.538 no exercício de 2019), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não têm mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	2020	2019
Taxa de desconto nominal	6,48% a 6,79% a.a.	7,52% a 7,77% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,25 % a.a.	4,25 % a.a.
Taxa nominal do benefício	3,25 % a.a.	4,25 % a.a.
Inflação médica	6,86 % a.a.	7,90 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 88 (89 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente o número de assistidos é de 82. A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

		Controladora
	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	71.886	70.662
Valor justo dos ativos	(100.674)	(98.047)
Superávit	(28.788)	(27.385)
Efeito do teto do ativo	28.788	27.385
Passivo atuarial líquido	-	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) — Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2020	2019
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	70.661	60.274
Custo financeiro	5.125	5.671
Perdas atuariais - experiência	863	(52)
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	369	9.902
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(5.132)	(5.134)
Saldo em 31 de dezembro	71.886	70.661

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2020	2019
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	98.047	82.404
Receitas de juros sobre os ativos do plano	457	12.786
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.191	7.850
Contribuições do empregador	110	141
Benefícios pagos	(5.132)	(5.134)
Saldo em 31 de dezembro	100.673	98.047

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2020	2019
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(6)	(8)
Contribuições da patrocinadora	(110)	(141)
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de		
teto do ativo no período	116	149
Passivo atuarial líquido	-	-

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2020 é de R\$ 6 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 6.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 481 (384 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente o número de assistidos é de 13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é apresentada a seguir:

		Controladora
	2020	2019
Obrigações atuariais no final do exercício anterior Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido	4.766	3.467
e custo de serviço passado	661	468
Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais	(491)	(682)
e variação de teto do ativo no período	(559)	1.513
	4.377	4.766

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2020 é de R\$ 661 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 664.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

	_	Impacto e	m R\$ mil efeito na obrigação 2020
Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3.073)	168
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	3.319	230
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	3.192	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(2.979)	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	260
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	191
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(2.357)	145
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	2.358	198
Na Indupa Brasil	-		

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão a seguir descritas:

	2020	2019
Taxa de desconto nominal	6,08% a 6,26% a.a.	7,38% a 9,06% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	3,25% a.a.	3,90% a 4,75% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3,77% a.a.	4,77 % a.a.
Inflação médica	3,25% a.a.	4,25% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de pensão

A controlada mantém um plano de pensão para ex-colaboradores, contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

desse plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de 2.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.028 (R\$ 1.558 em dezembro de 2019).

d) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 147 (140 em 31 de dezembro de 2019).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$40.523 (R\$ 37.751 em 31 de dezembro de 2019).

e) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 313 (294 em 31 de dezembro de 2019).

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.175 (R\$1.047 em 31 de dezembro de 2019).

f) Benefícios rescisórios

A controlada proporciona benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. As definições dos montantes do benefício estão vinculadas ao tempo de trabalho. Esses benefícios são contabilizados como obrigações de benefício definido e o passivo atuarial.

O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.771 (R\$782 em 31 de dezembro de 2019).

As projeções de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2021
Plano de Pensão	116
Plano de saúde	2.889
Benefícios Rescisórios	350
Gratificação por tempo de casa	205
	3.560

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomisso Optimum*). Uma vez paga

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão a seguir descritas:

	2020	2019
Taxa de desconto nominal	31,04 % a.a.	18,80 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	17,00 % a.a.	10,00 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	17,59 % a.a.	10,55 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2020 é de 563 (532 em 31 de dezembro de 2019). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.308 (R\$ 4.499 em 31 de dezembro de 2019). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 1.801.

23. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 699.002, composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

	Controlador		
	Quantidade de ações (milhares)		
	2020	2019	
Ações ordinárias	33.007	35.252	
Ações preferenciais Classe A	2.467	2.812	
Ações preferenciais Classe B	58.958	63.616	
	94.432	101.680	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 25.100 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 (3.233.943 ações em 31 de dezembro de 2019) no valor contábil de R\$ 1.154 (R\$ 101.459 em 31 de dezembro de 2019). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro 2020 representava R\$ 1.225 (R\$ 115.536 em 31 de dezembro 2019).

Entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou recompra de 4.743.600 ações ao preço médio ponderado de R\$ 30,40 por ação, totalizando R\$ 144.201. As ações foram adquiridas através do programa de recompra aprovado pela Administração em 09 de novembro de 2018 e aditado em 13 de maio de 2019 e 2º programa de recompra aprovado pela Administração em 13 de maio de 2020 e aditado em 17 de julho de 2020 e 11 de novembro de 2020, com objetivo de permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado.

Em 12 de fevereiro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.862.569 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 790.504 ações ordinárias; (ii) 123.503 ações preferencias classe "A"; e (iii) 2.948.562 ações preferenciais classe "B".

Em 09 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 2.201.300 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 758.400 ações ordinárias; (ii) 78.500 ações preferencias classe "A"; e (iii) 1.364.400 ações preferenciais classe "B".

Em 06 de outubro de 2020, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 1.184.000 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 695.400 ações ordinárias; (ii) 70.200 ações preferencias classe "A"; e (iii) 418.400 ações preferenciais classe "B". Tais cancelamentos não implicaram em alteração do valor de seu capital social.

A movimentação detalhada das ações de tesouraria está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Ações em tesouraria	№ ações em 2018	Recompras	Bonificação	Cancelamento	Nº ações em 2019
Ações ordinárias	147.258	320.671	31.333	165.658	333.604
Ações preferências - A	6.106	92.902	5.201	11.606	92.603
Ações preferências - B	3.542.894	2.960.870	117.466	3.813.494	2.807.736
Total	3.696.258	3.374.443	154.000	3.990.758	3.233.943
Ações em tesouraria	№ ações em 2019	Recompras	Cancelamento	Outorga (i)	№ ações em 2020
Ações ordinárias	333.604	1.910.700	2.244.304		-
Ações preferências - A	92.603	204.700	272.203	-	25.100
Ações preferências - B	2.807.736	2.628.200	4.731.362	704.574	<u> </u>
Total	3.233.943	4.743.600	7.247.869	704.574	25.100

i. Transações com pagamentos em ações

Plano de ações restritas

No dia 28 de janeiro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o plano de outorga de ações restritas ("Plano de Outorga"), que consiste na entrega de ações preferencias da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra Plano de Outorga.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos Participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos Participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os Participantes farão jus ao recebimento de Ações Restritas.

Em conformidade com o Plano de Outorga, durante o período findo em 30 de setembro de 2020 foram outorgadas 704.574 ações preferenciais de classe B da Companhia. O efeito no resultado para o período findo em 30 setembro de 2020 foi de R\$ 24.770, reconhecidos na controladora na rubrica de "Despesas administrativas". Abaixo seguem movimentações:

	31 de dezembro 2020				
			Ações restritas		
	Preço do Valor Justo exercício (em Quantidade (em reais) reais) (em unidades)				
Saldo inicial do exercício		-	-		
Movimentações					
Concedidas	24.770	35,16	704.574		
Exercidas	(24.770)	35,16	(704.574)		
Saldo Final no período	-		-		

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

24. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva para investimento	Total
Em 31 de dezembro de 2018	83.100	83.100	706.030	872.230
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	500	500
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(44.191)	(44.191)
Aumento do Capital Social	-	-	(224.587)	(224.587)
Constituição de Reservas	8.675	8.675	114.947	132.297
Em 31 de dezembro de 2019	91.775	91.775	552.699	736.249
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	7.738	7.738
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(219.736)	(219.736)
Outorga de ações	-	-	3	3
Constituição de Reservas	18.383	18.383	243.579	280.345
Em 31 de dezembro de 2020	110.158	110.158	584.283	804.599

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

Com base no ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia propôs dividendos adicionais a ser aprovado em sua próxima Assembleia Geral Ordinária no montante de R\$ 96.346, esta decisão tem a finalidade de distribuir o excedente de suas reservas de lucros que está superior ao capital social.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

25. Receita operacional líquida

	Controladora			Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	
Receita bruta de vendas					
Mercado interno	1.458.516	1.344.249	4.583.175	3.615.448	
Mercado externo	6.880	14.724	270.492	237.454	
	1.465.396	1.358.973	4.853.667	3.852.902	
Impostos e outras deduções sobre vendas	(341.179)	(315.408)	(976.365)	(790.334)	
Deduções sobre exportações - Argentina	<u>-</u>	<u> </u>	(9.079)	(13.838)	
Receita líquida de vendas	1.124.217	1.043.565	3.868.223	3.048.730	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

26. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo Despesa com salários, honorários, benefícios e	(428.872)	(410.868)	(1.885.593)	(1.662.483)
encargos a empregados e administradores	(208.933)	(133.667)	(505.277)	(378.407)
Encargos de depreciação e amortização	`(87.447)	(92.552)	(197.950)	(183.082)
Serviços de terceiros	(97.719)	(76.448)	(195.691)	(171.066)
Despesas com fretes de vendas	(51.689)	(55.740)	(157.765)	(140.592)
Outras	(15.851)	(33.407)	(148.140)	(130.080)
	(890.511)	(802.682)	(3.090.416)	(2.665.710)
Custo dos produtos vendidos	(630.311)	(596.203)	(2.533.636)	(2.231.876)
Despesas com vendas	(51.689)	(55.740)	(175.387)	(153.097)
Despesas administrativas	(208.511)	(150.739)	(381.393)	(280.737)
	(890.511)	(802.682)	(3.090.416)	(2.665.710)

A Companhia e sua controlada Indupa Brasil mantêm um acordo de longo prazo para compras/fornecimento de matéria-prima que determina quantidades anuais mínimas e máximas a preços que são ajustados periodicamente. A estimativa anual de desembolso atinge cerca de R\$ 632.407. A Companhia monitoria e controla mensalmente as quantidades consumidas e registra temporalmente os compromissos recorrentes das quantidades mínimas e máximas deste contrato.

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Reversão (constituição) para demandas judiciais	(3.951)	3.726	(8.310)	(3.751)
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	-	-	(12.256)	(6.083)
Reversão (constituição) de provisão para reestruturação	-	-	-	(1.581)
Reversão (constituição) da provisão para créditos de				
liquidação duvidosa	3.771	2.127	3.992	(897)
Reversão (constituição) de provisão para encargos sobre				
energia elétrica	-	10.333	-	10.333
(Reversão) constituição para demanda judicial ativa	27	35.150	27	35.150
Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais (1)	9.691	-	9.691	-
Títulos a receber, baixados como incobráveis	(5.454)	(1.951)	(5.725)	(1.499)
Outros custos de bens e direitos alienados	-	-	(2.814)	(5.677)
Despesas operacionais com Covid-19	(2.494)	-	(3.953)	-
Outras receitas não correntes	1.600	-	1.600	-
Outras despesas com investimentos (2)	(3.706)	(5.895)	(3.706)	(5.895)
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.170)	(168)	(5.491)	918
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(2.686)	43.322	(26.945)	21.018

- (1) Esta rubrica constitui ao direito adquirido de reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais sobre responsabilidade da antiga controladora da Indupa Brasil e Indupa Argentina.
- (2) Refere-se a despesas de consultoria relacionada a celebração do contrato de investimento com a AES Tiete, pagas a parte relacionada conforme mencionado na nota explicativa 11.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

28. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
·	2020	2019	2020	2019
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e títulos e valores				
mobiliários	13.559	32.157	29.342	39.363
Juros sobre créditos com empresas relacionadas	5.679	15.831	-	-
Variações cambiais e monetárias ativas	54.110	38.419	69.860	47.072
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	20.701	45.579
Outras receitas financeiras	1.376	1.708	20.229	8.143
	74.724	88.115	140.132	140.157
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e débitos				
com terceiros	(30.902)	(64.399)	(66.157)	(101.296)
Variações cambiais e monetárias passivas	(1.269)	` (973)	(203.456)	(164.367)
Outras despesas financeiras	(2.731)	(3.625)	(17.882)	(15.415)
	(34.902)	(68.997)	(287.495)	(281.078)
Resultado financeiro líquido	39.822	19.118	(147.363)	(140.921)

29. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 23 (d). Não há efeito diluitivo no resultado atribuível aos acionistas.

			2020
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias Ações Preferenciais Classe A Ações Preferenciais Classe B Total	120.421 10.382 236.863 367.666	33.268 2.607 59.488 95.363	3,6197 3,9824 3,9817
			2019
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias Ações Preferenciais Classe A Ações Preferenciais Classe B Total	57.033 4.966 111.506 173.505	32.741 2.591 58.192 93.524	1,7420 1,9162 1,9162

30. Dividendos

Em 12 de março de 2020, a Administração propôs a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 41.208.

Em 11 de novembro de 2020 o Conselho de Administração aprovou a distribuição antecipada de dividendos no valor total de R\$ 72.000 a serem pagos a partir de 26 de novembro de 2020.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

a) Dividendos propostos do exercício

	2020	2019
Lucro líquido ao final do exercício	367.666	173.505
(-) Constituição de reserva legal - Nota 24 (a)	(18.383)	(8.675)
Lucro líquido realizado	349.283	164.830
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	87.321	41.208
Dividendos propostos	87.321	41.208
Saldo remanescente a destinar	261.962	123.622
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 24 (b)	(18.383)	(8.675)
(-) Reserva para investimentos - Nota 24 (c)	(243.579)	(114.947)

b) Dividendos a pagar

	2020	2019
Saldo Inicial	54.437	38.720
Reclassificação para Outros Compromissos a Pagar	-	(6)
Pagamentos	(40.434)	(24.985)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(7.738)	(500)
Dividendos intermediários pagos no ano	(70.127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	87.321	41.208
Saldo final	23.459	54.437

Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação:

Tipo de ação	Dividendo por ação
ON	0,8685
PNA	0,9553
PNB	0,9553

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

_		Consolidado
	2020	
_	Valor segurado	Vigência
Patrimonial	6.400.000	27/12/2020 à 27/12/2021
Transportes	3.771.029	30/06/2020 à 30/06/2021

32. Gestão de risco e instrumentos financeiros

32.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, o risco da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

32.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

		Controladora	Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI					
Caixa e Equivalentes de caixa	370.201	285.839	653.045	299.798	
Aplicações financeiras	52.646	129.581	188.908	213.158	
Empréstimos e financiamentos	(654.035)	(602.728)	(654.035)	(602.728)	
Total	(231.188)	(187.308)	187.918	(89.772)	
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA					
Empréstimos e financiamentos	-	-	(29.195)	(24.570)	
Total			(29.195)	(24.570)	
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC					
Empréstimos e financiamentos	(2.319)	(4.856)	(2.319)	(4.856)	
Total	(2.319)	(4.856)	(2.319)	(4.856)	

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório FOCUS de 08 de janeiro de 2021.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa	Cenário I variação de Ce Cenário Provável 25%								II variação de 50%
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado			
CDI	Aumento/ (Redução) Aumento/	1,90%	3,25%	(824)	4,06%	(1.319)	4,88%	(1.805)			
SELIC	(Redução)	2,00%	3,25%	(6) (8 30)	4,06%	(9) (1.328)	4,88% _	(13) (1.818)			
Consolidado		Taxa	Cena	Cenário I variação de Cenário Provável 25%		l variação de 25%	3				
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado			
CDI	Aumento/ (Redução) Aumento/	1,90%	3,25%	502	2,44%	203	1,63%	(104)			
IPCA	(Redução) Aumento/	0,00%	3,34%	(80)	4,18%	(25)	5,01%	35			
SELIC	(Redução)	2,00%	3,25%	(6) 416	4,06%	(9) 169	4,88%	(13) (82)			
h) Ricco car	mbial			410		100		(02)			

b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o exercício.

	(Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	5	15
Empréstimos de curto e longo prazo	-	-	68	(3.324)
Débito com terceiros	-	-	(711.270)	(551.586)
Contas a receber de clientes	-	928	150.331	115.693
Créditos com empresas ligadas	213.500	161.226	10	-
Outros ativos circulantes	157	1.099	2.526	3.868
Fornecedores	(9.366)	(399)	(81.998)	(20.693)
Outros passivos circulantes	(4)	(3)	(1.008)	(494)
Outros passivos não circulantes	<u>`</u>		(1.678)	
Total	204.287	162.851	(643.014)	(456.521)

Análise de sensibilidade da taxa cambial

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 15 de janeiro de 2021, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora			Cenário Provável Cenário I variação de 25%		Cenário Provável Cenário I variação		Cenário II	variação de 50%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,1967	5,2714	2.937	6,4959	47.453	7,7951	97.801
Consolidado				Cenário Provável	Cenário I	variação de 25%	Cenário II	l variação de 50%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbi o	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	5,1967	5,2714	(9.243)	6,4959	(149.363)	7,7951	(307.839)

32.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia.

Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

32.4. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

_	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos _	325.894	117.809	214.169	<u> </u>
Fornecedores	39.692		-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos	151.547	123.576	336.424	-
Fornecedores	31.841	-	-	=
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos	340.730	127.381	242.846	2.583
Débito com terceiros	1.950	-	395.443	315.572
Fornecedores	238.342	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos	177.567	135.124	364.857	-
Débito com terceiros	300	-	330.833	220.555
Fornecedores	182.468	-		

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

32.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, podem ser assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 15)	657.872	611.547	713.540	677.548
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(371.734)	(286.994)	(924.852)	(301.525)
Menos – aplicações financeiras (Nota 6)	(52.646)	(129.581)	(188.908)	(213.158)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	233.492	194.972	(400.220)	162.865
Total do patrimônio líquido (1)	1.725.007	1.473.053	1.725.007	1.473.053
Índice de alavancagem financeira - %	13,54	13,24	(23,20)	11,06
Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 11)	(213.500)	(161.226)	-	-
Dívida líquida com créditos empresas ligadas	19.992	33.746	(400.220)	162.865
Índice de alavancagem financeira créditos com				
empresas ligadas - %	1,16	2,29	(23,20)	11,06
Débitos com terceiros (Nota 19)	-	-	712.965	551.688
Dívida líquida com débitos com terceiros	233.492	194.972	312.745	714.553
Índice de alavancagem financeira com débitos				
com terceiros - %	13,54	13,24	18,13	48,51

⁽¹⁾ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

32.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *Impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- As mensurações do valor justo do Nível 1, são aquelas resultantes de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras Informações, que não sejam preços cotados incluídas no nível 1 que observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplos, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- A mensuração do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas		Controladora		Consolidado
		2020	2019	2020	2019
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	5	371.734	286.994	924.852	301.525
Aplicações financeiras	6	52.646	129.581	188.908	213.158
Contas a receber	7	133.776	130.696	534.092	381.822
Total		558.156	547.271	1.647.852	896.505
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	16	(657.872)	(611.547)	(713.540)	(677.548)
Débito com terceiros	20	` -	-	(712.965)	(551.688)
Fornecedores	15	(39.692)	(31.841)	(238.342)	(182.468)
Energia elétrica	17	(105.696)	(101.890)	(185.386)	(174.180)
Outros passivos	-	(24.417)	`(11.722)	(78.260)	(47.853)
Total		(827.677)	(757.000)	(1.928.493)	(1.633.737)

Instrumentos financeiros - Swap

Com objetivo de eliminar o risco cambial do dólar americano, em uma operação de empréstimo, em 31 de dezembro de 2020 foi realizada uma operação de "swap" para trocar o indexador para CDI e que para fins de melhor apresentação, está divulgada na rubrica "Empréstimos e Financiamentos", conforme nota explicativa nº 16.

Em 31 de deze	embro de 2020							Controladora
							Valor justo	
Tipo de investimento	Data de início	Data de vencimento	Nocional	Taxa ativa	Taxa passiva	Ponta ativa	Ponta passiva	R\$
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	145.539	110.848	34.691
Em 31 de deze	mbro de 2019							Controladora
							Valor justo	
Tipo de		Data de		Taxa	Taxa	Ponta	Ponta	
investimento	Data de início	vencimento	Nocional	ativa	passiva	ativa	passiva	R\$
Swap	29/03/2019	03/04/2023	109.172	USD	CDI	113.756	112.076	1.680

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais)

33. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora			Consolidado	
_	2020	2019	2020	2019	
Transações ocorridas no período na compra de ativo imobilizado	10.412	1.649	25.115	7.044	
Aquisição de investimento em controlada em conjunto	9.573	-	9.573	-	

34. Eventos subsequentes

Correção de balanço IPC89

Em janeiro de 2021 o pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitado em julgado foi deferido pela Receita Federal no valor de R\$ 11.142. O crédito trata de CSLL e tem por objetivo a correção monetária das demonstrações financeiras, relativamente ao ano-base de 1.989, exercício de 1.990. A diferença no índice de correção utilizado pelo poder público, resultou no aumento da carga tributária indevidamente. Este valor será registrado na rubrica de impostos a recuperar e será compensado com impostos federais dentro do primeiro trimestre de 2021.